



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
Diretoria do Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas  
Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros

## MEMÓRIA DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO.

DATA	AGENDA- Reunião do Subcomitê Científico do CGSF
<b>19.05.09</b>	
09:00h	1.Abertura da reunião - Instalação do Sub-Comitê Científico do CGSF;  2.Apresentação dos especialistas que integram o SSC-CGSF e Participantes;  3. Apresentação e Aprovação da Agenda
	4. Apresentação do modelo de gestão adotado pela área ambiental para promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros (José Dias) 4.1 esclarecimentos e discussão;
	5. Apresentação da problemática da pesca na bacia do rio São Francisco; Apresentação pelos Integrantes - (AL) Ordenamento na bacia: situação atual (COOPE)
<b>20.05.09</b>	6 Apresentação do roteiro para elaboração da Proposta de Plano de Gestão Para o Uso Sustentável da Pesca na Bacia do rio São Francisco (José Dias): 6.1 - discussão sobre a proposta; 6. – encaminhamentos; 7. Discussão e encaminhamentos sobre o Regimento Interno do Sub-Comitê Científico do CGSF: 7.1 – discussão; 7.2– encaminhamentos; 7.3 -Considerações finais; 8. Recomendações e Encaminhamentos” para constar em Ata 9. Elaboração de agenda de trabalho para 2009 10. Encerramento

Nos dias 19 e 20 de maio de 2009, nas dependências da SUPES/MG, a Coordenação Geral de Autorização do Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros – GFAP/DBFLO realizou uma reunião com o objetivo principal de instalar o Subcomitê Científico do Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco – SC-CGSF.

Da reunião participaram Analistas Ambientais da Coordenação de Ordenamento Pesqueiro-COOPE e do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA do IBAMA/Sede, do NUCEA/SUPES/MG e pesquisadores dos estados que fazem parte da bacia do rio São Francisco.

A reunião foi aberta pelo Senhor Alison José Coutinho, Superintendente da SUPES/MG, que deu boas vindas aos participantes e disponibilizou a SUPES para o que fosse necessário ao sucesso da reunião. A seguir houve apresentação dos participantes, cuja a lista consta em anexo.

Sara Mota explicou os objetivos do trabalho e sugeriu a união de conhecimentos para elaboração de um Plano de Gestão para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros da bacia. Após a leitura e adequação da agenda de trabalho, José Dias expôs a situação da pesca no mundo, segundo os dados da FAO, a situação da pesca no Brasil, o comportamento da produção pesqueira e a situação de algumas bacias hidrográficas. Em linhas gerais falou sobre o Comitê de Gestão como sendo um grupo paritário do qual participam setores governamentais, não governamentais e entidades de classe.

Alexandre Godinho questionou a ausência de instituições científicas no CGSF. José Dias explicou que o SC tem apenas uma representação nas reuniões do Comitê, uma vez que informações técnico-científicas são discutidas em reunião previa. Alexandre propõe que os pesquisadores participem das reuniões. José Milton elogia o avanço do Ibama por estabelecer normatizações por bacia e por buscar embasamento científico para as suas normas. Zé Dias informa que já existem grupos permanentes de estudos, mas no momento são apenas relativos à pesca marinha. Emerson pede a palavra, diz que na bacia do São Francisco muitos problemas são consequência das instalações das UHE e por essa razão sugere a participação da CHESF nas reuniões. É informado que a CHESF consta como integrante do Comitê instituído pela Portaria nº 16/2008 de criação do CGSF, porém só participam desse Subcomitê instituições que desenvolvem trabalhos de pesquisa.

Eduardo diz que o papel do SC é consultivo e pergunta qual a relação do comitê com o Programa de Revitalização do Rio São Francisco. Sara explica que a câmara técnica de recursos pesqueiros do Programa se desfez e que o Ibama deu continuidade às ações previstas por meio do CGSF. Emerson questiona a existência dos Núcleos de Educação Ambiental e se o Ibama ainda executa ações nesse sentido ou se apenas o MMA. Zé Dias respondeu que o assunto esta sendo revisto dentro do Ministério.

Após intervalo Emerson explicou os trabalhos desenvolvidos pelo campus da UFAL/Penedo, no baixo São Francisco, nos últimos 3 anos. Os trabalhos são desenvolvidos em parceria com CODEVASF, EMBRAPA, CHESF e SEAP nas áreas de educação ambiental, estatística, biologia pesqueira e zoneamento para instalação de parques aquícolas. Informa que os trabalhos se estendem ao município de São Braz, onde são realizados, entre outros, trabalhos sobre seletividade de malhas. A UFAL possui dados que podem colaborar com o estabelecimento do defeso no baixo São Francisco, considerando as cheias artificiais e municiar o Comitê em algumas tomadas de decisão.

José Milton informa que ele, por meio da UFRPE, realizou um levantamento bibliográfico considerando a classificação das espécies do São Francisco: são 244 espécies sendo 214 nativas e, dessas, 76 endêmicas, o que é considerado uma alta incidência.

O grupo fez uma breve discussão sobre o uso da “caceia” na pesca comercial considerando, principalmente, que essa é a denominação de mais de um método de pesca. Em Alagoas é o uso de rede de arrasto no fundo do rio, capturando principalmente pacu e piau de todos os tamanhos. Fica a sugestão de posteriormente se elaborar um documento onde conste a nomenclatura dos petrechos de pesca utilizados na bacia.

Eduardo informa que tem dados preliminares sobre artes de pesca X espécies capturadas que poderão subsidiar o estabelecimento de normas de pesca. Mário Tallarico fala sobre a pesca de “rela” ou “batida” e diz que acompanhamentos de pescarias mostram que com esse método 92 a 95% da captura é de tucunaré, uma espécie alóctone. Milton diz que os pescadores de diferentes regiões ao longo da bacia

dão nomes diferentes para uma mesma espécie, e ressalta uma qualidade: são dados “nome e sobrenome” aos peixes, o que facilita a distinção entre diferentes espécies (ex. piau choco, piau de vara, piau três pintas). O exemplo deve ser adotado pelas instituições porque facilita sua identificação. Emerson informa que a UFAL faz estudos específicos sobre curimatã pacu e pilombeta entre os municípios de Penedo e Piaçabuçu. Eduardo informa que iniciou um novo levantamento da estatística pesqueira no rio São Francisco em parceria com as SUPES.

José Dias retoma a palavra informando que um dos subprodutos dessa reunião é levantar informações sobre outras instituições de pesquisa que atuam na bacia do rio São Francisco, para que possam ser envolvidas nas reuniões do SC. Alexandre/UFMG falou sobre os trabalhos de conservação e manejo de peixes realizados durante alguns anos no reservatório de Três Marias e posteriormente a jusante da barragem. Nesse trabalho observou-se o colapso da produção pesqueira no final da década de 80, o que motivou estudos sobre manejo de modo a aumentar essa produção. José Dias questiona se não houve prejuízo na produção de energia, se a concessionária colaborou nos estudos e se é possível haver entendimentos no sentido da concessionária colaborar com as pesquisas. Alexandre responde que é possível dividir o ônus dessa queda de produção de energia. Atualmente Pirapora apresenta alta produção em função das cheias naturais dos últimos anos, sendo assim pode-se concluir que o manejo das cheias faz a diferença na produção pesqueira.

Kleber fala dos trabalhos de inseminação de algumas espécies e monitoramento para obtenção de dados sobre migração. Emerson levanta a questão da necessidade de proteção ao Pirá. Ana Rosa explica que o curso de engenharia de pesca, em Sergipe, tem apenas 2 anos e conta com 6 profissionais. Atualmente possuem 2 projetos aprovados sobre enfermidades de peixes, porém, ainda não desenvolvem trabalhos sobre espécies continentais. Também acompanham um trabalho sobre a captura de pilombeta em parceria com o CEPENE.

Mauro Ruffino fala sobre a atuação da SEAP na bacia com aportes financeiros para instalações de estruturas de beneficiamento no valor de 15,8 mi. Existe uma proposta de trabalho em parceria com a CODEVASF para levantamentos das lagoas marginais que possam servir de locais para a instalação de tanques redes para produção de peixes. Até o momento foram identificadas 18 lagoas em 8 municípios.

Kleber questiona de onde veio a demanda para esse trabalho, e como se dará, e explica que a CODEVASF desenvolve trabalhos em lagoas marginais/MG desde 2006 em parceria com o Ibama e já foram sondados sobre a possibilidade de expandir esse trabalho para toda a bacia. Sugere o cuidado com a possibilidade de serem realizados trabalhos paralelos sobre o mesmo assunto sem que haja interação entre as instituições. Mauro responde que a demanda foi da Casa Civil. Zé Dias lembra que há três anos a Casa Civil demandou um grande projeto nesse sentido em função do PAC. É possível revisar esse projeto para que não haja duplicidade de trabalhos. Mauro diz que nem a CODEVASF e nem a SEAP tem capilaridade para executar todo esse trabalho. Há projeto em andamento de instalação de Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR com características e objetivos diferenciados conforme o local.

Mario Tallarico apresenta o trabalho sobre lagoas marginais que já vem sendo desenvolvido há 3 anos em parceria com a CODEVASF. O trabalho abrange do alto São Francisco até a divisa com a Bahia. São quase 60 lagoas marginais estudadas com dados de mapeamento e fotos aéreas. No município de Malhada, pescadores solicitam a liberação da pesca na lagoa marginal de Mocambo, uma vez que a IN nº 18/2008 proíbe a pesca nas lagoas marginais. A proposta é o estabelecimento de um Acordo de Pesca. Há também proposta de um trabalho em três lagoas marginais no sentido de instalar comportas para manutenção do nível dos lagos, evitando assim o procedimento de transpor peixes no período de seca.

Alexandre complementa que esse seria um trabalho experimental. Eduardo lembra que essas áreas já são APPs, Mário diz que a fiscalização age apenas sobre o pescador mas não sobre outras causas de degradação do ambiente. Kleber informa que fazendeiros possuem outorga para uso de recursos hídricos. Cecília informa que é recém chegada mas tem conhecimento de que há alguns projetos sobre recursos pesqueiros em parceria com a UNICAMP na bacia. Pretende iniciar trabalho sobre o levantamento de peixes que ocorrem na sua área de atuação. Márcia apresentou o trabalho de estatística pesqueira realizado em 2006 pelo Programa de Revitalização. O trabalho de registro de dados é feito apenas por pescadores da região, não há participação do IEF e nem da CODEVASF.

Alexandre informa sobre o site criado pela UFMG para disponibilizar informações sobre a bacia: [www.sfrancisco.bio.br](http://www.sfrancisco.bio.br). Existem mais de 150 trabalhos técnicos e científicos disponibilizados no site, para consulta e download com possibilidade de inclusão de trabalhos de pesquisadores interessados.

Sara apresenta o modelo de ordenamento adotado pela COOPE. Após a apresentação, Alexandre levanta a discussão a respeito do Pirá. Observou que as características dessa espécie não se encaixam nos critérios adotados para elaboração da lista. Eduardo diz que o problema é porque a espécie ocorre em uma determinada área, mas desapareceu em outra, em especial no baixo São Francisco. Disse ainda que um dos critérios para inclusão na lista de espécies ameaçadas da UICN é a espécie já constar como ameaçada na norma estadual. Daniel informa que a IN nº 05/04 está sendo revista pelo ICMbio e portanto a hora de apresentar dados concretos para alteração da permanência da espécie na lista, é esta. Até agora não existem dados de biologia e captura que justifiquem sua exclusão. Eduardo complementa que a revisão será transparente e seu andamento estará disponibilizado no site do ICMbio. Informa que, caso interesse, ele poderá disponibilizar em meio digital os critérios utilizados na referida revisão.

Emerson diz que foi implantado o projeto “Amigos do Pirá” (Embrapa) com objetivo de provar que o Pirá está em extinção. Alexandre lembra que a legislação mineira permanecerá com a proibição de captura dessa espécie. Kleber informa que o grupo de pesquisadores da Codevasf não foi consultado quando da tomada de decisão de incluir o pirá na lista de espécies ameaçadas.

Beatriz faz referência à questão do uso de diferentes nomes para a mesma espécie ou nomes iguais para espécies diferentes, dependendo da sub-região da bacia. A Polícia Ambiental/MG autuou pescadores de surubim, considerando que a espécie estaria constando da lista de espécies ameaçadas. José Milton relembra a necessidade de serem listados todos os nomes comuns utilizados pelos diversos grupos de usuários, nas diversas sub regiões. Fim do 1º dia de reunião.

Dia 20/05 a reunião recomeçou com a apresentação, pelo Zé Dias, da versão preliminar do roteiro para elaboração do Plano de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco em anexo. A elaboração do Plano será uma construção coletiva e que, antecedendo ao Plano, deverão ser realizados levantamentos da bibliografia existente para cada tema específico abordado no roteiro.

Em seguida, Sara apresentou uma proposta de Regimento Interno para o Subcomitê Científico, que foi lida por todos, em seguida foram feitas as alterações sugeridas pelos presentes e acatadas por todos. A reunião foi encerrada logo após os encaminhamentos.

**Observação:** Na apresentação dos levantamentos/diagnóstico para elaboração do Plano de Gestão, deverá ser incluída na nota de rodapé a referência bibliográfica dos autores e nome do coordenador do capítulo.

## ENCAMINHAMENTOS

### 1. Responsáveis pelos levantamentos do diagnóstico:

ASSUNTO	RESPONSÁVEL
CAPITULO I	Alexandre Godinho(MG)
CAPITULO II Sistemática e distribuição	José Milton Barbosa (PE)
Bioecologia e status populacional	Kleber Biana (Codevasf)
CAPTULO III (pesca e aquíicultura)	
Item 1.1	Tallarico(MG)
Item 1.2	Emerson(AL)
Item 2	Ana Rosa(SE)
Item 3 Poluição, agricultura, turismo e desmatamento.	Cecilia Poy
Destruição de habitats, influencias climáticas, novos repesamentos transposição, garimpo e pecuária.	Outros colaboradores
Item 4	Beatriz

### 2. Formação do grupo virtual gmail para contato entre os integrantes do SC-CGSF

Login:gestaosaofrancisco

Senha:gestaosf

### 3. Prazos para as próximas reuniões:

Quatro meses (setembro) – para a entrega do levantamento bibliográfico na reunião do SC-CGSF;

Cinco meses (outubro) – para próxima reunião do Subcomitê do CGSF

### 4. Outros pesquisadores que poderão compor o SC-CGSF:

Eduardo Motta - CODEVASF - (82) 3551-2265/8867-5676

[eliveiramotta@yahoo.com.br](mailto:eliveiramotta@yahoo.com.br)

Hugo Pereira Godinho - PUC/MG - (31) 9976-4204

Ana The – UNIMONTES/Pirapora/MG – (38)9126-0423

Carlos Alberto Silva – Embrapa/SE

[cadaloceano@gmail.com](mailto:cadaloceano@gmail.com)

Norma Valêncio –São Carlos

[normaf@power.ufscar.br](mailto:normaf@power.ufscar.br)

Jorge Pereira –CEPENE

Nilo Bazzoli - PUC/MG

[bazzoli@pucminas.br](mailto:bazzoli@pucminas.br)

## **6. Colaboradores no levantamento de dados:**

Vandick/UFAL - biologia pesqueira e socioeconomia

Arisvaldo - UF/SE hidrologia

José do Patrocínio - CHESF/BA - [jlopes@chesf.gov.br](mailto:jlopes@chesf.gov.br)

Fernando - IBAMA/SE – estatística

Roberto - /IBAMA/AL – estatística

Magda Simone - UFRPE - monitoramento de pesca

Edson Vieira Sampaio – Codevasf Três Marias/MG - limnologia (38) 3754-1420

Carlos B. M. Alves – Ações Antrópicas – [curimata@netuno.lcc.ufmg.br](mailto:curimata@netuno.lcc.ufmg.br)

## **7. Skipes**

Alexandre Godinho – alexandre.l.godinho

Ana Rosa – anafrieda (alemanha)

Eduardo – dadoalmeida

Cecilia - ceciliapoy

Beatriz – maria.beatriz.boschi

Márcia – tmarciapinheiro

Milton - jmiltonbarbosa

Emerson - emerson.soares.ufal

Kleber – kleber.biana

**ANEXO I**  
**LISTA DE FREQUENCIA R**

**EUNIÃO DO SUBCOMITÊ DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS  
DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO  
19 a 20 de maio de 2009**

<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>	<b>E-mail</b>	<b>Fone</b>
Kleber Biana Santiago	CODEVASF-Três Marias	<a href="mailto:kleber.biana@codevasf.gov.br">kleber.biana@codevasf.gov.br</a>	(38) 3754-1420
Maria Beatriz Boschi	IBAMA/DITEC/SUPES-MG	<a href="mailto:maria.boschi@ibama.gov.br">maria.boschi@ibama.gov.br</a>	(31) 3555-6141
José Milton Barbosa	UFRPE/DEPAQ	<a href="mailto:jmiltonb@gmail.com">jmiltonb@gmail.com</a>	(81) 3320-6521
Ana Rosa da Rocha Araújo	UFS/NEP	<a href="mailto:anarosaraujo@ufs.br">anarosaraujo@ufs.br</a> -	(79) 2105-6980
Cecilia Dominical Poy	UFBA/ICADS-Barreiras	<a href="mailto:ceci_poy@yahoo.com.br">ceci_poy@yahoo.com.br</a> <a href="mailto:cecilia.poy@ufba.br">cecilia.poy@ufba.br</a>	(77)3614-3515
Alexandre Lima Godinho	UFMG	<a href="mailto:agodinho@ufmg.br">agodinho@ufmg.br</a>	(31)9614-7836
Eduardo Machado de Almeida	CEPENE/PE	<a href="mailto:eduardo.almeida@icmbio.gov.br">eduardo.almeida@icmbio.gov.br</a>	(81) 3676-1109
Emerson Carlos Soares	UFAL	<a href="mailto:soaemerson@gmail.com">soaemerson@gmail.com</a>	(82) 99228742
Mauro Luis Ruffino	SEAP/PR-DICAP	<a href="mailto:mauroruffino@seap.gov.br">mauroruffino@seap.gov.br</a>	(61) 3218-3884/9967-2431
Marcia Pinheiro Tavares	IBAMA/SUPES/MG	<a href="mailto:marcia.tavares@ibama.gov.br">marcia.tavares@ibama.gov.br</a>	(31) 3555-6141
Mário Olindo Tallarico de Miranda	IBAMA/SUPES/MG	<a href="mailto:mario.tallarico@yahoo.com.br">mario.tallarico@yahoo.com.br</a>	(31) 3555-6138
Jacqueline Studart L.Campos	IBAMA/SEDE	<a href="mailto:jacqueline.campos@ibama.gov.br">jacqueline.campos@ibama.gov.br</a>	(61) 3316-1228
Daniel Vieira Crepaldi	IBAMA/SEDE	<a href="mailto:daniel.crepaldi@ibama.gov.br">daniel.crepaldi@ibama.gov.br</a>	(61) 3316 -1633
Sara Quizia Corrêa Mota	IBAMA/SEDE	<a href="mailto:sara.mota@ibama.gov.br">sara.mota@ibama.gov.br</a>	(61) 3316-1228
José Dias Neto	IBAMA/SEDE	<a href="mailto:jose.dias-neto@ibama.gov.br">jose.dias-neto@ibama.gov.br</a>	(61) 3316-1480



## **ANEXO II**

### **ROTEIRO DE TRABALHO PARA O PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO**

#### **I – INTRODUÇÃO**

Consolidar em um documento as informações existentes sobre os tópicos listados nos capítulos de I a III e elaborar uma proposta de Plano de Gestão Para o Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco, do capítulo IV.

#### **CAPÍTULO I**

##### **CONSIDERAÇÕES ECOSSISTÊMICAS E ECOLÓGICAS DA BACIA**

- 1 – Características fisiográficas;
- 2 – Biodiversidade;
- 3 – Os represamentos – histórico e conseqüências conhecidas sobre o ecossistema e a biodiversidade

#### **CAPÍTULO II**

##### **A ICTIOFAUNA DA BACIA: BIOECOLOGIA E PARÂMETROS POPULACIONAIS**

Revisão bibliográfica sobre o conhecimento acumulado sobre as principais espécies com importância bioecológica e socioeconômica e que poderá embasar o estabelecimento de estratégias ao plano, que devem incluir, no mínimo:

- Sistemática;
- Distribuição;
- Bioecologia;
  - Ciclo de vida;
  - Reprodução;
  - Alimentação;
  - Crescimento;
  - Mortalidade;
  - Habitat.
- . Status populacional;

#### **CAPÍTULO III**

##### **O USO DOS RECURSOS PESQUEIROS NA BACIA DO SÃO FRANCISCO**

#### **3.1 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ANTROPICAS SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS NAS SUB-REGIOES.**

##### **3. 1.1. Pesca**

Panorama histórico e atual da exploração das espécies, por modalidade de pesca e sub-região, proporcionando uma contextualização da necessidade da elaboração do plano de gestão, englobando os seguintes pontos:

- Áreas de pesca;
- Tipos de pesca (comercial, de subsistência e amadora);
- Crescimento e desenvolvimento da frota (número de embarcações, características técnicas das embarcações, dinâmica da frota pesqueira);
- Estratégias, métodos e petrechos de pesca;
- Esforço de pesca, desembarque e CPUE (regionalizado);

### **3. 1.2 Aqüicultura**

- Tipos
- Espécies utilizadas
- Conflitos

## **3.2 – ASPECTOS SÓCIOECONÔMICOS**

Crescimento e desenvolvimento da atividade pesqueira no tocante aos aspectos sócioeconômicos:

- Identificação dos atores sociais envolvidos e os conflitos de uso;
- Caracterização sócio-econômica da pesca;
- Formas de comercialização do pescado (fresco, congelado, vivo, etc.), considerando a agregação de valor; e
- Caracterização dos mercados internos e externos.

## **3.3 – OUTRAS AÇÕES ANTRÓPICAS SOBRE O RECURSO**

- Poluição;
- Destruição de habitat;
- Efeitos climáticos;
- Agricultura;
- Desmatamento;
- Pecuária;
- Garimpo;
- Novos represamentos
- Turismo
- Transposição de água.

## **3.4 – MEDIDAS DE ORDENAMENTO DO USO DO RECURSO**

Histórico sobre a legislação federal e estadual que ampara a pesca e regulamenta o uso do(s) recurso(s) citando os instrumentos e as medidas de ordenamento (idade de

1ª maturação gonadal, épocas de defeso de reprodução e de recrutamento, áreas proibidas à pesca, petrechos proibidos, etc.).

## **CAPÍTULO IV**

### **PLANO DE GESTÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

Para efeito deste plano considera-se a divisão da bacia em sub-bacias nos seguintes termos: Alto – da nascente até a barragem de Três Marias; Médio – jusante da barragem de Três Marias até a barragem de sobradinho; Submédio – barragem de Sobradinho até a barragem de Xingó; e, Baixo: barragem de Xingó até a foz.

#### **I – OBJETIVOS DA GESTÃO**

Ex. Promover a recuperação e a manutenção do uso sustentável dos estoques pesqueiros considerando os objetivos biológicos, ecológicos, sociais, econômicos, de extensão e legais numa visão de curto, médio e longo prazos, assegurando o compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários.

##### **1 - Objetivos Biológicos Pesqueiros:**

Ex: Estabelecer limites para o esforço de captura, o controle do uso das principais espécies e a proteção dos estoques jovens (recrutamento), entre outros.

##### **2 - Objetivos Ecológicos:**

Ex: Assegurar a manutenção das condições ecológicas do ecossistema, assim como do estoque dos recursos, definindo práticas de conduta de pesca responsável. Comprometer todos os seguimentos envolvidos no processo de gestão na aplicação de normas e medidas de uso acordadas (tamanhos mínimo de captura, defesos, áreas protegidas, etc.).

##### **3 - Objetivos Socioeconômicos**

###### **EX:**

- Discutir e disponibilizar programas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das comunidades pesqueiras, como educação, saúde e habitação, dentre outros.
- Buscar meios que possibilitem atingir o limite de geração máxima de renda e lucro, sem, contudo, comprometer a recuperação dos recursos nas áreas mais críticas e a manutenção da sustentabilidade a longo prazo.
- Buscar mercados alternativos, de forma a diminuir a dependência de poucos mercados que tendem a monopolizar negócios e condicionar preços.
- Melhorar a qualidade do produto a ser colocado no mercado.
- Obter preço justo na primeira comercialização, de forma a propiciar a maior renda possível ao pescador.
- Desenvolver ação específica para buscar alternativas que evitem o desperdício do produto e subprodutos em toda a cadeia produtiva.

##### **4- Objetivos de Educação Ambiental**

- Sensibilizar a comunidade sobre a pesca responsável;
- Promover a saúde da comunidade pesqueira;
- Incorporar a comunidade no processo de gestão compartilhada e participativa no processo decisório por meio de reuniões de ordenamento; e
- Introduzir tecnologia de pesca e de processamento modernas, porém responsáveis.

## **5- Objetivos Legais**

- A revisão periódica e adequação da legislação devem ser permanentes e decorrentes do processo de gestão compartilhada em implementação.

## **III - PONTOS DE REFERÊNCIA**

Os pontos de referência podem ser classificados em duas categorias: Pontos de Referência Objetivos (PROs) e Pontos de Referência Limites (PRLs).

Os PROs indicam um estado de uma pescaria ou um recurso que se considera desejável e se buscará atingir, em qualquer fase de exploração do estoque.

Já os PRLs indicam o estado de uma pescaria ou recurso que se considera indesejável, neste caso, o plano de gestão deve considerá-lo como um alvo que não se deve atingir (90% da CMS e não a CMS).

## **IV – COMO ESSES OBJETIVOS SERÃO ALCANÇADOS**

### **4.1 – Quanto às Medidas de Gestão Utilizadas**

#### **4.1.1 – Limite para o esforço de captura**

Regulamentar o uso de métodos e petrechos, tamanho de frota, etc.

#### **4.1.2 – Controle do acesso ao uso do recurso**

Estabelecer restrições de áreas de pesca (criadouros naturais, áreas de exclusão à pesca), etc.

#### **4.1.3 – Proteger os estoques**

Estabelecer tamanhos mínimos de captura, proteger período de reprodução (defeso) ou recrutamento.

### **4.2 – Quanto ao Uso de Incentivos e Subsídios (Instrumentos Econômicos)**

### **4.3 – A Educação Ambiental como Ferramenta de Apoio à Gestão**

### **4.4 – O Controle e a Fiscalização (Permissionamento dos Barcos, Fiscalização)**

Como e que metodologia deverá ser utilizada para fiscalizar, prioritariamente, as seguintes medidas:

- Controle da frota;

- Rígido controle do tamanho mínimo de captura (no desembarque, na comercialização);
- Período de defeso;
- Etc.

#### **4. 5 – A Pesquisa (Monitoramento) como Instrumento de Avaliação dos Resultados da Gestão**

##### **4.5. 1 – Bioecologia**

- Produção, esforço, CPUE
- Avaliação de estoques
- Reprodução
- Recrutamento
- Mortalidade
- Outros

##### **4.5.2 - Monitoramento das condições ambientais**

- Influência Climática e pluviométrica
- Qualidade do Meio Ambiente
- Degradação de áreas
- Alteração da hidrodinâmica

##### **4.5.3 – Socioeconomia**

- Total de trabalhadores envolvidos (na produção, beneficiamento, comercialização, construção e manutenção de barcos, etc.)
- Caracterização das comunidades pesqueiras: escolaridade, saúde, infra-estrutura habitacional e sanitária, etc.
- Caracterização do pescador-trabalhador, etc.
- Caracterização da cadeia produtiva: produção (a terceirização da captura), beneficiamento e comercialização;
- Custos de captura e beneficiamento;
- Receita (por segmento – produção ou primeira comercialização e total);
- Principais mercados;
- Preços de comercialização do produto;

#### **4.6 – A Participação da Sociedade no Processo de Gestão**

- Estruturação das organizações de base
- Fortalecimento da relação Interinstitucional
- Capacitação, comunicação e conscientização social sobre gestão de uso dos recursos pesqueiros.

#### **4.7 - O papel do Comitê e dos Grupos de Gestão.**

O Plano de Gestão deve conter uma descrição detalhada do papel do Comitê e dos Grupos de gestão dos estados, como ocorrerá a participação dos segmentos sociais envolvidos, etc.

## **V - COMO ESSE PLANO DEVE SER AVALIADO E REVISADO**

O Plano de Gestão deve sofrer avaliações e revisões periódicas, entretanto de preferência planejadas, já que as medidas definidas, quando implementadas, só irão apresentar resultado no médio prazo (em torno de 5 anos). Os mecanismos de avaliação/ revisão devem estar baseados nos pontos de referências definidos e especificados no corpo do Plano.

O processo de revisão do Plano de Gestão proporcionará uma avaliação da efetividade das medidas propostas, incluindo o levantamento dos dados e informações necessários a essa avaliação.

## **ANEXO III**

# **REGIMENTO INTERNO DO SUBCOMITÊ CIENTÍFICO DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO**

## **Capítulo I DA FINALIDADE**

Art. 1º. O Subcomitê Científico do Comitê de Gestão do Uso Sustentável do Uso dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco - SC-CGSF e um órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo que tem por finalidade assessorar cientificamente o Comitê de Gestão do Uso Sustentável do Uso dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Rio São Francisco - CGSF.

## **Capítulo II DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 2º. O SC-CGSF é composto por representantes da comunidade científica que desenvolvem pesquisas sobre os recursos pesqueiros da bacia do rio São Francisco, indicados pelo CGSF e nomeados por ato administrativo do Presidente do IBAMA.

Art. 3º. O Subcomitê Científico disporá de:

- I - Coordenador;
- II - Coordenador Substituto;
- III - Secretário;
- IV - Membros.

Art. 4º. O Coordenador e seu Substituto serão designados dentre os componentes do SC-CGSF por meio de votação aberta, para um período de dois anos, sendo permitida a recondução.

Parágrafo único. O Coordenador e seu Substituto poderão ser substituídos por solicitação própria ou por decisão de 2/3 dos membros do SC-CGSF.

Art. 5º. A Secretaria será exercida por um representante da Coordenação Geral de Autorização do Uso e Gestão da Fauna e dos Recursos Pesqueiros - CGFAP e o Secretário indicado pela Diretoria de Biodiversidade e Florestas - DBFLO e referendado pelo SC-CGSF .

## **Capítulo III**

### **DO FUNCIONAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES**

#### **Seção I**

##### **Das reuniões**

Art. 6º. O SC-CGSF reunir-se-á:

I - em sessão ordinária, por solicitação do CGSF, no mínimo uma vez ao ano, por meio de comunicação feita a todos os componentes, com antecedência mínima de 30 dias precedendo reuniões do CGSF.

II - em sessão extraordinária, por solicitação do CGSF ou por convocação do Coordenador, para atendimento a pedido de, pelo menos, 2/3 dos membros do SC-SCGF, por meio de comunicação a todos os componentes feita com antecedência mínima de 15 dias.

Art. 7º. O SC-CGSF reunir-se-á quando o quorum indicar a presença de, no mínimo, metade mais um dos seus membros.

Parágrafo único. Em situações extraordinárias, os membros poderão deliberar por meio de reuniões não presenciais.

Art. 8º. Especialistas de reconhecida competência e em matérias específicas, quando aprovados pelo SC-CGSF, poderão participar das reuniões, como colaboradores, sem direito a voto.

Art. 9º. As decisões do SC-CGSF serão tomadas preferencialmente por consenso ou, na impossibilidade, por maioria simples dos membros presentes.

Parágrafo único. O grau de sigilo da documentação elaborada pelo SC-CGSF será determinado pelos seus componentes.

## **Seção II**

### **Das Atribuições**

Art. 10. Ao Coordenador do SC-CGSF compete:

- I - coordenar e presidir as reuniões e orientar os trabalhos;
- II - representar o SC-CGSF nas reuniões do CGSF ;
- III - representar o SC-CGSF em outras reuniões.

Art. 11. Ao Coordenador Substituto compete substituir o Coordenador nos seus impedimentos eventuais.

Art. 12. Ao Secretário compete:

- I - convocar as reuniões;
- II - convidar especialistas conforme o art. 9º;
- III - promover e apoiar as atividades necessárias ao funcionamento do SC-CGSF;
- IV - assegurar aos membros do SC-CGSF a sistematização e disponibilização das informações geradas nas reuniões;
- V - organizar e apoiar administrativamente a realização das reuniões; e

Art. 13. Aos membros do SC-CGSF compete:

- I – avaliar, analisar, integrar e consolidar informações técnico-científicas para subsidiar a gestão do uso dos recursos pesqueiros na bacia do rio São Francisco;



- II - produzir documentos informativos para subsidiar o CGSF
- III - apresentar proposições para implementação de projetos e programas específicos; e
- IV - participar das reuniões;
- V - estudar e relatar a matéria que lhes for distribuída;
- VI - tomar parte nas decisões, apresentar propostas e emendas relacionadas aos objetivos do SC-CGSF, ou pedir adiamento justificado de discussão;
- VII - propor o convite de especialistas referidos no art. 9º.

## **Capítulo V**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14. Todas as demandas a serem analisadas pelo Subcomitê Científico devem partir exclusivamente do CGSF.

Art. 15. Os membros e convidados do SC-CGSF não serão remunerados pela participação ou desenvolvimento de quaisquer atividades, porém serão considerados como Prestadores de Relevante Serviço à Sociedade.

Art. 16. As eventuais despesas dos membros e convidados do Subcomitê Científico com transporte, diárias, ou de qualquer outra natureza, para participar de suas reuniões ou atividades aprovadas pelo CGSF, serão asseguradas pela DBFLO/CGFAP. Parágrafo único. As despesas relativas ao trabalho de secretaria e outros encargos técnicos e administrativos de interesse do SC-CGSF serão asseguradas pela DBFLO/IBAMA.

Art. 17. Qualquer membro do SC-CGSF poderá apresentar proposta de alteração deste Regimento, a qual deverá ser examinada e submetida à aprovação em reunião por, pelo menos, 2/3 dos membros deste subcomitê.

Art. 18. Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos pelo Coordenador, ouvidos os demais membros do SC-CGSF.